



Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 17h15min, nas dependências do escritório do Parque Ecológico de Amparo/SP, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), com a presença dos(as) membros(as) titulares e suplentes nomeados(as) para o biênio 2024/2025, a saber: Agda Roberta Farias Frare (OAB), Eliana do Carmo Oragio (SMMABEA), Marilda Gutierrez (ETEC), Joana D'Andrea (SMPUP), Marta Alves de Campos Palandi (SME), Rafael Alvarenga Stella (Associação Rural), Raquel Aparecida Negri Marcheto (ACEA), Rosa Aparecida M. Rodrigues (Câmara Municipal de Amparo), Eveline Broleze (Câmara Municipal de Amparo), Walter Luis Tozzi de Camargo (SMMABEA), Gustavo Z. Pietrafeza (SAAE), Helena Leite (Ensino e Pesquisa), Diogo Canina (Câmara Municipal de Amparo), Ricardo Moncorvo Tonet (Casa da Agricultura) e Rafael Marques Mendes (Câmara Municipal de Amparo).

A Presidente do CMMA, Agda Roberta Farias Frare, declarou aberta a sessão, saudando os presentes e concedendo a palavra à conselheira Marilda Gutierrez, presidente do Conselho de Patrimônio. A mesma expôs acerca do Plano Diretor Municipal, destacando que desde 2016 não houve revisão formal. Ressaltou que a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo vem, há cerca de dois anos, tentando reestruturar o referido instrumento, contudo, sem abrangência adequada nas questões referentes ao patrimônio cultural. Mencionou ainda diretrizes definidas em 2004/2006 para tombamento na área central da cidade, com vistas à reabilitação do núcleo histórico.

Na sequência, foram debatidos os conceitos de adensamento urbano e espraiamento. A conselheira explicou que o adensamento consiste na otimização do uso de imóveis e áreas ociosas, enquanto a presidente expôs o conceito de cidades inteligentes, baseadas na concentração populacional em áreas com infraestrutura consolidada, em contraposição ao espraiamento urbano.

Durante as discussões, os(as) conselheiros(as) Joana D'Andrea e Rosa Aparecida M. Rodrigues destacaram a problemática da especulação imobiliária e dos altos valores de aluguel no centro, contrastando com valores mais acessíveis em áreas periféricas. Marilda Gutierrez reforçou que uma política de adensamento poderia equalizar tais distorções. Quanto aos imóveis tombados, explanou que há isenção de IPTU para fins de manutenção, porém, em casos de abandono, o Estatuto da Cidade prevê a possibilidade de desapropriação e utilização social do bem.

O conselheiro Ricardo Moncorvo Tonet questionou sobre os impactos do espraiamento em áreas rurais, destacando os potenciais danos ambientais dos futuros loteamentos.



Marilda informou que o patrimônio rural, comercial e ferroviário do município é protegido pelo CONDEPAHC, ao passo que a presidente destacou a relevância do conjunto arquitetônico e paisagístico de Amparo. Helena Leite indagou sobre o déficit habitacional do município e a efetividade do adensamento central como alternativa, questionando também a necessidade de novos loteamentos.

A Presidente ressaltou o dever constitucional de proteção ambiental e o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, nos termos do artigo 170 da Constituição Federal. O vereador Diogo Canina ponderou sobre a necessidade de dados técnicos que indiquem a existência ou não de déficit habitacional e quais segmentos populacionais seriam mais afetados.

No prosseguimento, a Presidente destacou que diversos loteamentos têm sido aprovados sem a devida infraestrutura e, em alguns casos, sem apreciação do CMMA ou contrapartidas adequadas. Marilda Gutierrez acrescentou que muitos loteamentos, sobretudo em áreas rurais, são irregulares. Foram debatidas ainda a expansão do perímetro urbano, a adaptação de novos loteamentos à malha existente, os impactos da falta de arborização urbana e a necessidade de criação de praças e parques como elementos estruturantes do Plano Diretor.

Constatou-se que a implementação de diretrizes enfrenta entraves relacionados à falta de corpo técnico especializado e à divergência de posicionamentos. Ficou deliberado que o CMMA elaborará um termo consolidando os principais pontos discutidos, de modo a subsidiar a revisão do Plano Diretor.

Em seguida, passou-se ao item da pauta referente ao esgoto a céu aberto no bairro dos Pedrosos. A presidente solicitou a emissão de ofício ao SAAE requerendo informações oficiais. O representante do SAAE, Gustavo Z. Pietrafeza, esclareceu que a autarquia abastece o bairro por força de decisão judicial, relatando ainda problemas de furtos de equipamentos, entupimentos e ausência de rede pluvial, o que ocasiona lançamento de efluentes em sarjetas. Questionamentos adicionais foram feitos pelos conselheiros Diogo Canina, Rafael Alvarenga, Helena Leite e Rafael Marques Mendes, sendo relatados também problemas ambientais no Jaguari e no Planalto da Serra.

A Presidente reiterou que o CMMA encaminhará ofício ao SAAE solicitando esclarecimentos formais sobre as situações mencionadas.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 19h00. Eu, Eliana do Carmo Oragio, secretária executiva



do CMMA, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente do CMMA, Agda Roberta Farias Frare.

Agda Roberta Farias Frare  
Presidente CMMA

Eliana do Carmo Oragio  
Secretária Executiva